

## 2007 - Portugal, CPLP e os Direitos Humanos

Portugal, CPLP e os Direitos Humanos

por: Eugénio Costa Almeida©

O secretário de Estado português, João Gomes Cravinho, anunciou que a integração plena da Guiné-Equatorial deve ser melhor ponderada, dado haver factores que condicionam essa plena integração. Nada mais correcto, principalmente quando estão em jogo os negócios portugueses &ndash; por isso é que, quase sempre, falham redondamente &ndash; e a cooperação entre os Estados &ndash; faz o que eu digo não o que pratico&hellip; Um dos factores, apesar de ter sido descoberta por navegadores portugueses, prende-se com o facto da língua portuguesa não ser língua oficial, a única língua oficial. Para resolver isso os guineenses equatorianos estão a pensar deixar cair o espanhol e o francês e tornar o português como única língua oficial; um absurdo porque Portugal também já não tem só uma língua oficial. Outro facto, não menos importante, está nos Direitos Humanos que o país do senhor Teodoro Obiang Nguema Mbasogo não pratica e que é factor importante na CPLP como recorda o Prof. João Gomes Cravinho no alto da sua sapiência político-lusofónica. Nada mais verdadeiro! Tão verdadeiro que a Guiné-Bissau, a ainda presidente em exercício da CPLP, já foi suspensa da organização pela contínua violação dos Direitos Humanos. Apesar do sentido não ter sido esse, tanto a anglofonia como a francofonia foram criadas para manter o &ldquo;poder paternal&rdquo; do antigo colonizador sobre os novos países independentes. Já a CPLP foi criada com vista à aglutinação dos povos e países falantes do português numa organização supranacional onde, embora Portugal surja como o mentor, diz a prática que é o Brasil que determina a sua constância, facto que parece continuar fora das cogitações governamentais portuguesas. De facto, parece que os sucessivos Governos portugueses &ndash; e este último com maior acuidade &ndash; ainda não perceberam que quem manda na CPLP e na lusofonia &ndash; um terno que enoja a alguns intelectuais brasileiros e angolanos (lá virá a acusação de &ldquo;infame brasilófono&rdquo;;, uma acusação que é me dada por aqueles que não sabem dirimir com as diferenças e sempre sob anonimato) &ndash; é o Brasil e o Palácio de Itamaraty e não Belém, São Bento ou o Palácio das Necessidades. Por isso é displicente o senhor Secretário de Estado português &ndash; na linha do que lhe é habitual, ou seja, abrir a boca e criar problemas institucionais e diplomáticos aos seus chefes &ndash; anunciar que a Guiné-Equatorial tem de mudar mais para poder almejar ascender ao Estado de pleno direito da CPLP. Basta o Brasil e Angola ou a &ldquo;humanitária&rdquo; Guiné-Bissau decidirem que deve entrar &ndash; para alguma coisa a Guiné-Equatorial é um já interessante exportador de petróleo e, a par da Nigéria, colaborador de São Tomé e Príncipe neste aspecto &ndash; para que o governo português faça o que lhe é habitual: meter o rabinho entre as pernas, abanar a cauda de subserviência e aceitar o que lhe mandarem! Parece ser altura de haver uma alteração &ldquo;física&rdquo; no Palácio das Necessidades, já que a mentalidade está há muito arreigada e por isso difícil de mudar, tais as barbaridades que se vão dizendo e afirmando ultimamente&hellip; ©Publicado no jornal moçambicano O Observador, edição nº 021, de 23 de Julho de 2007 (edição em PDF por assinatura)